



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 2/2016

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----**

-----Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a seis de janeiro findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por aprová-la.-----

**2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Informou também:-----

-----Das diligências que efetuou para a eventual instalação em Mortágua de uma Loja do Cidadão; -----

-----Da evolução do Projeto Integrado para o Desenvolvimento da Floresta.-----

-----Do teor do e:mail enviado ao Jornal do Centro, em 08 de janeiro corrente, de desagrado e de desresponsabilização relativamente ao artigo “Sul do Distrito é Campeão dos anúncios de investimento e criação de emprego, publicado na edição nº.717, de 8/01/2016.-----

-----Do envio ao Partido Socialista de condolências pelo falecimento do Senhor Dr Almeida Santos, figura ímpar da política portuguesa, exemplo de democracia, civismo, tolerância e liberdade.-----

-----Com o falecimento do Senhor Dr. Almeida Santos, Portugal perde um Homem de exceção, um Político brilhante, cujo humanismo, capacidade de diálogo e de congregação são sobejamente reconhecidos não só pelo seus companheiros de lides partidárias, como pelos seus adversários.-----

-----Todo o executivo manifestou o seu pesar e solidariedade e subscreveu o teor da missiva enviada pelo Senhor Presidente ao Partido Socialista.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.- RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 12, referente ao dia 19 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.-LIGA PORTUGUESA CONTRA O CÂNCRO:**-----

----Foi presente o ofício datado de 29 de dezembro findo da Liga Portuguesa Contra o Cancro



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a manifestar o seu agradecimento pelo donativo que esta Câmara Municipal entregou àquela Instituição e cujo destino será as iniciativas de Promoção da Saúde, Prevenção da Doença e Apoio ao Doente Oncológico e Família, que desenvolve.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.2.-INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P.:-----**

-----Foi presente o ofício referência 019/2015/DSEAP, de 29 dezembro findo, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP., a remeter, em cumprimento da Lei nº.52/2015, de 9 de junho - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, o Guião que tem por objetivo apoiar a condução do processo de transição para o novo enquadramento jurídico do serviço público do transporte de passageiros, de modo a que o mesmo se desenvolva sem descontinuidades na oferta de serviços e sem prejuízo para as condições de mobilidade cuja melhoria pretende garantir-se.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----**

#### **5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----**

##### **5.1.1.-Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré-Escolar e 1º. Ciclo do Ensino Básico:-----**

-----No prosseguimento da política que a Autarquia tem desenvolvido de apoio às despesas de funcionamento do 1º. Ciclo do Ensino Básico e Ensino Pré-Escolar (6 turmas), públicos, o Senhor Presidente propôs a comparticipação financeira, no corrente ano letivo, no montante de cinco mil euros (5.000,00€), a transferir para o Agrupamento de Escolas do Concelho de Mortágua.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, estando inscrita nas Opções do Plano de 2016 com o projeto 2016/5001, com o montante definido de cinco mil euros (5.000,00€), e no orçamento na rubrica 04050108 com um saldo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de dezoito mil e quatrocentos euros (18.400,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **5.2.-JUVENTUDE:-----**

#### **5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura nº.1/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº. 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

### **6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----**

#### **6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----**

##### **6.1.1.-Associação de Caça e Pesca de Mortágua-Apoio Montarias ao Javali no ano de 2016:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 07 de janeiro findo, da Associação de Caça e Pesca de Mortágua a dar conhecimento da realização nos dias 23 de janeiro e 14 e 28 de Fevereiro das Montaria de Mortágua 2016 e solicitando o apoio financeiro do Município para minimizar as despesas inerentes.-----

-----Assim, e atendendo à importância que representam eventos desta natureza para o Concelho e Região o Senhor Presidente propôs que o Município apoiasse a Montaria com o montante de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e trinta e oito mil novecentos e sessenta e dois euros e dois cêntimos (138.962,02 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo de trinta mil euros ( 30.000,00 €).-----

----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente atribuindo um subsídio de mil euros (1.000,00€).-----

### **7.-ACÇÃO SOCIAL:**-----

#### **7.1.-REDE SOCIAL:**-----

##### **7.1.1.-Protocolo de Cooperação de Apoio a Atividades Sócio Pedagógicas a celebrar com o Agrupamento de Escolas e Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Mortágua:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município datada de 15 de janeiro corrente, propondo a celebração de Protocolo de Cooperação Tripartido, com a Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas de Mortágua e Associação de Pais e Encarregados de e que tem por finalidade o apoio técnico especializado em Língua Gestual Portuguesa à aluna Ana Cristina Alagador, surda muda, do 11º. Ano, suprimindo assim as dificuldades à sua plena aprendizagem em contexto de estágio sócio profissional, o qual deve ser continuado até ao final de ciclo, com o objetivo da sua inclusão através de trabalho.-----

-----Considerando o trabalho que está a ser desenvolvido pela técnica Neide Simões com a aluna supra identificada cujos impactos são extremamente positivos e encontram-se explanados no Relatório que anexa:-----

-----Atendendo a que o apoio à aluna deve ser continuado e reforçado, tendo em conta os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

resultados já obtidos e espelhados no referido Relatório.-----

-----O Protocolo deverá prever a transferência de uma comparticipação financeira de 500,00 €, por mês, a partir do corrente mês de janeiro até 31 de dezembro de 2016, para a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Mortágua, para custear as despesas inerentes ao referido apoio técnico especializado.-----

-----Considerando a competência prevista na alínea u), do nº.1, do artº. 33º., da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, e que se encontra inscrita nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 Ação Social, Programa 002 Rede Social, Projeto 2016/5043 Protocolos/Projetos Instituições com um saldo de cinco mil euros (5.000,00 €) e no orçamento na rubrica 04050108 com um saldo de dezoito mil e quatrocentos euros (18.400,00€) , a Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a celebração do Protocolo acima mencionado.-----

### **8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:**-----

#### **8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:**-----

##### **8.1.1.-Realojamento de Agregado Familiar (casal de idosos):**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município e do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território em que, de acordo com os pressupostos daquela informação que fica arquivado no respetivo processo, propõe a atribuição de um fogo (tipologia T2) no Bairro de Habitação Social da Gandarada para realojamento da agregado familiar composto por Antero Duarte de Almeida, de 86 anos e sua esposa Maria do Nascimento de 80 anos, considerando que sua habitação (arrendada) não reúne as condições mínimas de habitabilidade e segurança física em consequência da avançada degradação da mesma, e que se enquadra no nº.1 do artigo 14º. da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro a situação daquele agregado familiar.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do fogo para realojamento do agregado familiar de Antero Duarte de Almeida da Técnica dos Serviços Sociais do Município e por se verificarem os pressupostos legais.-----

### **9.1.-PROTEÇÃO CIVIL:**-----

#### **9.1.1.-ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS -**

##### **Orçamento de 2016:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência D/JM – 128/15, de 28 de dezembro findo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua a remeter o seu Orçamento para o ano 2016, aprovado na última Assembleia Geral do dia 09/12/2015. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **10.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:**-----

#### **10.1.-VIAÇÃO RURAL:**-----

##### **10.1.1.-Empreitada de Pavimentação da EM de Água Levada a Fontemanha e da EM do Moinho do Pisco (EN 334-1) à Catraia – Revisão de preços:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação dos serviços administrativos referente à Revisão Definitiva de Preços da Empreitada de Pavimentação da EM de Água Levada a Fontemanha e da EM do Moinho do Pisco (EN 334-1) à Catraia, adjudicada à empresa Socitop Unipessoal, Ldª. com o seguinte teor:-----

-----“Objeto:-----

----A presente empreitada foi adjudicada em deliberação de Reunião de Câmara de 03/07/2013 pelo valor de 208.186,92 €, acrescido de IVA a 6%. O auto de consignação foi assinado em 24/07/2013, tendo a adjudicatária de empreitada se comprometido a executar os trabalhos em 120 dias, contados da data da consignação, tal como refere o contrato da empreitada assinado em 17/07/2013.-----

-----No decurso da obra, constatou-se que era necessário a execução de trabalhos a mais de natureza imprevista no contrato, no montante de 69.005,85 €. Todos estes trabalhos foram



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprovados e deliberados em Reunião de Câmara de 05/02/2014, tendo sido o empreiteiro notificado no sentido de executar esses trabalhos no prazo de 30 dias, contados a partir da notificação.-----

-----Enquadramento legal:-----

-----Refere o artº. 6º. do decreto-lei 6/2004 que as cláusulas da revisão de preços poderão estabelecer que esta se efetue mediante a adaptação de uma fórmula polinomial à estrutura de custos e à natureza e volume de trabalhos. No caso concreto, e de acordo com a 29º. Cláusula do caderno de Encargos a revisão de preços obedece à fórmula identificada com F10 – estradas. Os diferenciais de preços para mais ou para menos que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos tal como prevê o caderno de encargos.-

-----A Revisão de Preços calculada pela aplicação do Sistema de Controlo de Empreitadas discrimina os coeficientes por material e mão-de-obra à data em concreto.-----

-----No presente caso a revisão de preços dos trabalhos de natureza prevista é de 7,09 € totalizando o valor a pagar pelo empreiteiro o montante de 7,52 €, já com IVA a 6% incluído, tal como demonstra o documento anexo.-----

-----Proposta:-----

-----Submeter o presente cálculo provisório de revisão de Preços à Reunião de Câmara para aprovação e em seguida proceder-se ao cálculo definitivo, notificando-se o empreiteiro a efetuar o referido pagamento.” -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a Revisão de preços proposta.-----

-----  
-----  
-----  
-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **11.1.-PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA), COM LÚCIA SUSANA OLIVEIRA RODRIGUES – AEC – ENSINO DA MÚSICA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datado de 5 de janeiro corrente, para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artigo 75º. do O.E. de 2015, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para a prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços com Lúcia Susana Oliveira Rodrigues – AEC- Ensino de Música.-----

#### **-----I-Objecto do contrato.-----**

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços lecionar o ensino de música aos alunos do 1º ciclo básico público, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular constantes no Despacho nº 14460/2008, publicado no Diário da República nº. 100 de 26 de maio, em horário a designar, podendo ainda prestar apoio pedagógico, durante o período de interrupção letiva, em iniciativas do município e em atividades onde o município seja parceiro, relacionadas com crianças do ensino básico. O seu período de vigência terminou a 31 de dezembro de 2015, podendo o seu prazo ser prorrogado expressamente se mantivesse a impossibilidade da implementação das AEC com recursos disponíveis pelo agrupamento de escolas, conforme era estabelecido na cláusula 7ª. do caderno de encargos do procedimento inicial. Atualmente esse condicionalismo mantém-se.-----

-----O município possuía duas alternativas, uma era a opção de abertura de novo procedimento, a outra, era optando pela prorrogação do prazo. Esta ultima é a mais vantajosa para o município, quer a nível financeiro uma vez que se mantém os mesmos honorários anteriores, quer também a nível administrativo e funcional dado que não houve por parte do prestador de serviços interrupção de funções.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### -----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----

-----1-Nos termos do nº. 5 do artigo 75º. da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, e pelo Dec. Lei 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de agosto, designadamente no que respeita a-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

-----2-Conforme determina o nº. 12 do referido artigo 75º. nas autarquias locais esse parecer é da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----

-----a) Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas;-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no nº. 1 do já mencionado artº. 75º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o nº. 1 do artigo 2º da Lei 75/2014, de 12 de setembro. -----

### -----III- Do contrato de prestação de serviços a renovar.-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços, demonstra-se o seguinte:-----

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pessoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do nº. 6 do artigo 75º, de 31 de Dezembro ainda não foi publicada;-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração do cabimento da despesa para 2016 com o nº 206/2016;-----

-----c) O valor total do contrato será de 8.190,00€, sendo o pagamento efetuado mensalmente na importância de 1.170,00€. A prorrogação do prazo será até ao final do mês de Julho de 2016. -----

-----Nos termos do nº. 4 do já citado artigo 75º, a redução remuneratória incide sobre o valor total do contrato.-----

-----Considerando o valor total do contrato este estaria sujeito à redução remuneratória estabelecida na alínea c) do nº 1 do artigo 2º da Lei 75/2014, ou seja, 10%.-----

-----Considerando que o preço base (1.170,00€/mensais) estabelecido na cláusula 18º do caderno de encargos do procedimento inicial já foi calculado com a redução incluída de 10% .

-----Considerando que na presente prorrogação mantém-se o mesmo valor mensal.-----

-----Conclui-se que na presente prorrogação a redução remuneratória encontra-se devidamente implícita.-----

-----**IV- Da proposta em sentido estrito.**-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº. 12 do artigo 75º. da Lei 82-B/2014, de 31/12, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Lúcia Susana Oliveira Rodrigues, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº. 6 do mencionado artigo 75º.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável à prorrogação do contrato de prestação de serviços.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.2.-PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA), COM MAURO JOSÉ TOMÁS CABRAL – AEC – ENSINO DO INGLÊS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datado de 5 de janeiro corrente, para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artº. 75º. do O.E. de 2015, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para a prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços com Mauro Tomás Cabral – AEC- Ensino de Inglês.-----

#### **-----I-Objeto do contrato.-----**

----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objeto a prestação de serviços lecionar o inglês aos alunos do 1º. ciclo básico público, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular constantes no Despacho nº 14460/2008, publicado no Diário da República nº. 100 de 26 de maio, em horário a designar, podendo ainda prestar apoio pedagógico, durante o período de interrupção letiva, em iniciativas do município e em atividades onde o município seja parceiro, relacionadas com crianças do ensino básico.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de dezembro de 2015 , podendo o seu prazo ser prorrogado expressamente se mantivesse a impossibilidade da implementação das AEC com recursos disponíveis pelo agrupamento de escolas, conforme era estabelecido na cláusula 7ª. do caderno de encargos do procedimento inicial. Atualmente esse condicionalismo mantém-se.----

-----O município possuía duas alternativas, uma era a opção de abertura de novo procedimento, a outra, era optando pela prorrogação do prazo. Esta ultima é a mais vantajosa para o município, quer a nível financeiro uma vez que se mantém os mesmos honorários anteriores, quer também a nível administrativo e funcional dado que não houve por parte do prestador de serviços interrupção de funções.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### -----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo.-----

-----1-Nos termos do nº. 5 do artigo 75º. da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, e pelo Dec. Lei 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de agosto, designadamente no que respeita a:-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

-----2-Conforme determina o nº. 12 do referido artigo 75º. nas autarquias locais esse parecer é da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----

-----a) Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas.-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no nº.1 do já mencionado artº.75º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o nº.1 do artigo 2º. da Lei 75/2014, de 12 de setembro.-----

### -----III- Do contrato de prestação de serviços a renovar.-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços, demonstra-se o seguinte:-----

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

peçoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do nº.6 do artigo 75º. , de 31 de dezembro ainda não foi publicada.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração do cabimento da despesa para 2016 com o nº 208/2016;-----

-----c) O valor total do contrato será de 8.190,00€, sendo o pagamento efetuado mensalmente na importância de 1.170,00€. A prorrogação do prazo será até ao final do mês de Julho de 2016.-----

-----Nos termos do nº. 4 do já citado artigo 75º., a redução remuneratória incide sobre o valor total do contrato.-----

-----Considerando o valor total do contrato este estaria sujeito à redução remuneratória estabelecida na alínea c) do nº 1 do artigo 2º da Lei 75/2014, ou seja, 10%.-----

-----Considerando que o preço base (1.170,00€/mensais) estabelecido na clausula 18º do caderno de encargos do procedimento inicial já foi calculado com a redução incluída de 10%.--

-----Considerando que na presente prorrogação mantem-se o mesmo valor mensal.-----

-----Conclui-se que na presente prorrogação a redução remuneratória encontra-se devidamente implícita.-----

-----**IV- Da proposta em sentido estrito.**-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº.12 do artigo 75º da Lei 82-B/2014, de 31/12, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Mauro Tomás Cabral, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº.6 do mencionado artigo 75º.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável à prorrogação do contrato de prestação de serviços.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.3.-PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA), COM HÉLIA MARIA MORAIS TOMÉ DURO – AEC – ENSINO DO INGLÊS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datado de 5 de janeiro corrente, para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artigo 75º. do O.E. de 2015, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para a prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços com Hélia Maria Morais Tomé Duro – AEC- Ensino de Inglês.-----

#### **-----I-Objecto do contrato.-----**

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços lecionar o inglês aos alunos do 1º. ciclo básico público, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular constantes no Despacho nº 14460/2008, publicado no Diário da República nº. 100 de 26 de Maio, em horário a designar, podendo ainda prestar apoio pedagógico, durante o período de interrupção letiva, em iniciativas do município e em atividades onde o município seja parceiro, relacionadas com crianças do ensino básico.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de dezembro de 2015, podendo o seu prazo ser prorrogado expressamente se mantivesse a impossibilidade da implementação das AEC com recursos disponíveis pelo agrupamento de escolas, conforme era estabelecido na clausula 7ª do caderno de encargos do procedimento inicial. Atualmente esse condicionalismo mantém-se.-----

-----O município possuía duas alternativas, uma era a opção de abertura de novo procedimento, a outra, era optando pela prorrogação do prazo. Esta ultima é a mais vantajosa para o município, quer a nível financeiro uma vez que se mantém os mesmos honorários anteriores, quer também a nível administrativo e funcional dado que não houve por parte do prestador de serviços interrupção de funções.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### -----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo.-----

-----1-Nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, e pelo Dec. Lei 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de agosto, designadamente no que respeita a:-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

-----2-Conforme determina o n.º 12 do referido artigo 75º nas autarquias locais esse parecer é da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----

-----a) Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas;-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do já mencionado artº.75º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro. -----

### -----III- Do contrato de prestação de serviços a renovar.-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços, demonstra-se o seguinte:-----

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pessoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do nº6 do artigo 75º, de 31 de Dezembro ainda não foi publicada;-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração do cabimento da despesa para 2016 com o nº 209/2016;-----

-----c) O valor total do contrato será de 8.190,00€, sendo o pagamento efetuado mensalmente na importância de 1.170,00€. A prorrogação do prazo será até ao final do mês de Julho de 2016 .-----

-----Nos termos do nº.4 do já citado artigo 75º., a redução remuneratória incide sobre o valor total do contrato.-----

-----Considerando o valor total do contrato este estaria sujeito à redução remuneratória estabelecida na alínea c) do nº 1 do artigo 2º da Lei 75/2014, ou seja, 10%..-----

-----Considerando que o preço base (1.170,00€/mensais) estabelecido na clausula 18º do caderno de encargos do procedimento inicial já foi calculado com a redução incluída de 10% .-

-----Considerando que na presente prorrogação mantem-se o mesmo valor mensal.-----

-----Conclui-se que na presente prorrogação a redução remuneratória encontra-se devidamente implícita.-----

-----**IV- Da proposta em sentido estrito.**-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº12 do artigo 75º da Lei 82-B/2014, de 31/12, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Hélia Maria Morais Tomé Duro, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº. 6 do mencionado artigo 75º.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável à prorrogação do contrato de prestação de serviços.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.4.-PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS COM A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS:-----**

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalho.-----

### **11.5.-PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DA AGENDA MUNICIPAL:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datado de 5 de janeiro corrente, para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artigo 75º. do O.E. de 2015, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para celebração de contrato de prestações de serviços com Ludgero de Figueiredo Matos – Impressão da Agenda Municipal de 2016.-----

#### **-----I-Objecto do contrato.-----**

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços para a impressão de 1.500 mensais de agendas municipais durante o ano de 2016.--

#### **-----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo.-----**

-----1-Nos termos do nº.5 do artigo 75º. da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de Junho, e pelo Dec. Lei 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de agosto, designadamente no que respeita a:-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

-----2-Conforme determina o nº. 12 do referido artigo 75º. nas autarquias locais esse parecer é da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----a) Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas;-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no nº.1 do já mencionado artº.75º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o nº.1 do artigo 2º da Lei 75/2014, de 12 de setembro. -----

### -----III- Do contrato de prestação de serviços a renovar.-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços, demonstra-se o seguinte:-----

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de pessoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do nº.6 do artigo 75º , de 31 de Dezembro ainda não foi publicada;-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração do cabimento da despesa para 2016 com o nº 211/2016;-----

-----c) O preço base estabelecido para o procedimento é de 14.300,00€, sendo o pagamento efetuado mensalmente na importância de 1.300,00€.-----

-----A duração do contrato será de 11 meses , de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2016.-----

-----Assim, nos termos do nº 1 do artigo 75º da Lei 82-B/2014 de 31/12, o presente contrato de prestação de serviços está sujeito à redução remuneratória a que se refere o nº.1 do artigo 2.º da Lei 75/2014.-----

-----Nos termos do nº.4 do já citado artigo 75º, a redução remuneratória incide sobre o valor



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

total do contrato. -----

-----Tendo em considerando o valor total do contrato, este está sujeito à redução remuneratória estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 75/2014, ou seja, 10%..-----

-----Feita a redução (1.430,00€) sobre o valor máximo que o município se dispõe a pagar pela prestação dos serviços de 14.300,00€, este passaria para 12.870,00€.-----

-----2- Com entrada em vigor da Lei 159-A/2015, de 30/12, o seu artigo 2º estabelece que a redução remuneratória prevista na mencionada Lei 75/2014 é progressivamente eliminada durante o ano de 2016, com reversões trimestrais e nos seguintes termos:-----

-----a) 40% nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro;-----

-----b) 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril;-----

-----c) 80% nas remunerações pagas a partir de 1 de julho;-----

-----d) Eliminação completa a partir de 1 de outubro.-----

-----3-Face ao estabelecido no n.º. anterior o preço base será o seguinte para o presente procedimento:-----

-----a) De fevereiro a março no valor de **13.442,00€** (12.870,00€ + 40% (572,00€) da reversão), correspondendo um valor mensal de 1.222,00€.-----

-----b) De 1 de abril a 1 de julho no valor de **13.728,00€** (13.442,00€+ 20%(286,00€) da reversão), correspondendo um valor mensal de 1.248,00€;-----

-----c) A partir de 1 de julho até 1 de outubro será de **14.014,00€** ( 13.728,00€ + 20% ( 286,00€)da reversão), correspondendo um valor mensal de 1.274,00€;-----

-----d) A partir de 1 de outubro verifica-se a eliminação total da redução, passando a ser de **14.300,00€**, ou seja os 1.300,00€ mensais inicialmente previstos no procedimento.-----

-----**IV- Da proposta em sentido estrito.**-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do disposto no n.º 12 do artigo 75º da Lei 82-B/2014, de 31/12, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços a celebrar com Ludgero Figueiredo de Matos, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do mencionado artigo 75º.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de impressão da Agenda Municipal.-----

-----O Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto favoravelmente por se tratar da única empresa local capacitada para executar este tipo de trabalhos”.-----

### **11.6.-INICIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES QUE CONSTITUEM, O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA CERÂMICA DE MORTÁGUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda dos Lotes que Constituem o Loteamento Urbano da Área da Cerâmica.-----

-----Nesta conformidade, o n.º 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim, propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.-Dar início ao procedimento de elaboração da alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda dos Lotes que Constituem o Loteamento Urbano da Área da Cerâmica dispõe como objeto estabelecer as condições da hasta pública para venda dos lotes pertencentes ao património privado do Município de Mortágua, sitos no loteamento denominado “Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua”, sito no lugar da Gândara, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----2.-Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.-Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município [www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt), do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **12.1.-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NO LOTE 26 DO LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA CERÂMICA DE MORTÁGUA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 14/09/2015, de Hugo Alexandre Fernandes Gomes, através da qual solicita, na qualidade de proprietário do lote nº. 26, do Loteamento Urbano Municipal da ex- Cerâmica da Gândara, a requerer a prorrogação do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prazo por mais de vinte e quatro (24) meses, para apresentação do projeto de construção de habitação no referido lote, justifica o pedido devido a:-----

-----Dificuldade que encontrou ao longo deste período, no acesso ao crédito bancário para apoiar a construção da moradia, para além das atuais condições conjunturais, de caráter económico não oferecerem confiança para um investimento desta natureza dada também a incerteza da sua atividade profissional .-----

-----De acordo com a informação exarada sobre o pedido em causa:-----

-----“ Nos termos do nº.12 do Regulamento para alienação dos lotes, o proprietário possui o prazo de 24 meses, contados da data da celebração da escritura, para submeter o pedido de licenciamento da moradia e 1 ano, contado da data da notificação da aprovação do licenciamento, para iniciar os trabalhos.-----

-----Pode o proprietário, conforme determina o nº.12.4 do Regulamento da Hasta Pública solicitar a prorrogação do prazo por motivos devidamente justificados e fundamentados a pedido dos interessados.-----

-----Assim, cabe à Câmara aceitar ou não a justificação apresentada pelo proprietário”.-----

-----O lote foi adjudicado definitivamente em Reunião de Câmara de 02 de fevereiro de 2011.-

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a prorrogação do prazo de vinte e quatro (24) meses para apresentação do projeto, considerando os motivos e os fundamentos apresentados.-----

**12.2.-REQº. Nº. 04.2016.26, EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO SOB O ARTIGO 914 DA MATRIZ DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGO, CORTEGAÇA E ALMAÇA FOI UMA PARTE DA SUA ÁREA INTEGRADA EM ARRUAMENTO PÚBLICO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento número 04.2016.26 referente ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

processo número 04/2015/47, de Casa de Mortágua – Sociedade Agrícola e Comercial, Lda., com sede na Rua Dr. João Lopes de Morais, nº.2, 3450-153 Mortágua, a requerer a alteração ao número do artigo da matriz constante na certidão emitida conforme deliberação de Câmara de 04/11/2015, a comprovar que o prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 15845, sito na Quinta da Giesta, na Freguesia do Sobral, foi atravessado por um arruamento público, tendo sido cedido a título gratuito uma área de 4.331 m<sup>2</sup> que foi integrada no domínio público do referido arruamento.-----

-----Por lapso identificaram o prédio contíguo também de sua propriedade, efetivamente o prédio em causa tem a designação de Gandarada, corresponde ao nº. 2174 do Registo Predial e está inscrito na matriz rústica da União de Freguesias de União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 11134, conforme cópia da Caderneta Predial Rústica que anexa.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à alteração da certidão.-----

### **12.3.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----**

#### **12.3.1.-Requerente Alcina Maria de Oliveira Gomes e Sérvio Gomes Abreu:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 2016/01, requerimento 10. 2016/02, de Alcina Maria de Oliveira Gomes e Sérvio Gomes Abreu, residentes em Rua da Saudade, nº.6, Vale de Açores, 3450 – 213 Mortágua, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Eiras, inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça sob o artigo nº. 7320 com a área 3.500 m<sup>2</sup> para efeitos de registo de escritura pública de doação favor de Alina Isabel Marques Duarte ( ½ ) e de Rui



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Miguel de Oliveira Gomes (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e a informação constante no processo deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade.-----

### **12.3.2.-Requerente Maria Teresa de Almeida Sousa Lobo:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os seguintes processos:-----

-----a) Número 2016/02, requerimento 10. 2016.04 de Maria Teresa de Almeida Sousa Lobo, residente em Rua Daniel Rodrigues, nº.184, Santo António dos Olivais, 3030-257 Coimbra, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Pinheiro, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 16221 com a área 21.888 m2 para efeitos de registo de escritura pública de doação a favor de Vitor José Almeida Sousa Lobo, Paulo Manuel de Almeida Sousa Lobo, Jorge Nuno de Almeida e Sousa Almada Lobo.-----

-----b) Número 2016/03, requerimento 10.2016.05 de Maria Teresa de Almeida Sousa Lobo, residente em Rua Daniel Rodrigues, nº.184, Santo António dos Olivais, 3030-257 Coimbra, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Quintal, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 18459 com a área 4.400 m2 para efeitos de registo de escritura pública de doação a favor de Vitor José Almeida Sousa Lobo e Jorge Nuno de Almeida e Sousa Almada Lobo;-----

-----c) Número 2016/04, requerimento 10.2016.07 de Maria Teresa de Almeida Sousa Lobo, residente em Rua Daniel Rodrigues, nº.184, Santo António dos Olivais, 3030-257 Coimbra, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Quintal, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 16460 com a área 4.400 m2 para efeitos de registo de escritura pública de doação a favor de Vítor José Almeida Sousa Lobo e Jorge Nuno de Almeida e Sousa Almada Lobo;-----

-----d) Número 2016/05, requerimento 10.2016.08 de Maria Teresa de Almeida Sousa Lobo, residente em Rua Daniel Rodrigues, nº.184, Santo António dos Olivais, 3030-257 Coimbra, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Zebro, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. com a área 80.000 m2 para efeitos de registo de escritura pública de doação a favor de Vítor José Almeida Sousa Lobo, Paulo Manuel de Almeida Sousa Lobo, Jorge Nuno de Almeida e Sousa Almada Lobo.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto e a informação constante no processo deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade.-----

### **12.3.3.-Requerente Hélio Jacinto Morais de Matos:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 2016/06, requerimento 2016/12, de Hélio Jacinto Morais de Matos, residente em Rua do Povo, nº.26, Chão Miúdo, 3450 – 334 Mortágua, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Vale Igreja, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Sobral sob o artigo nº. 3720 com a área 40.500 m2 para efeitos de registo de escritura pública de doação favor de Ana Paula Morais Matos, casada, da proporção de metade de três quartos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e a informação constante no processo deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **12.4.-PROCESSOS DE EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2015/02, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito na Rua Principal, Vale de Carneiro, Espinho, de propriedade Vital Ferreira Marques, residente na Praceta Quinta das Recolhidas, 7 – 7C, Vila Verde, 3090 – 653 Figueira da Foza, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 07/01/2016 que se transcreve:-----

-----“Em cumprimento do artigo 101º. do DL 555/99, alterado pelo DL 136/2014, relativamente à Responsabilidade dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, foram em 13.02.2014 (fl.1) participadas as infrações do RJUE (Dever de conservação – artigo 89º. e Proibição de Deterioração – artigo 89º. A).-----

-----Da última deliberação da Câmara em reunião de 03.06.2015 (fls. 19,20) e da actual informação dos Serviços de Fiscalização Municipal de 14.12.2015 (fl.22,23) continua a verificar-se por parte do proprietário:-----

-----Incumprimento dos artigos 89. E 89-A do RJUE e dos artigos 121º. E 122º. Do RJUE.--

-----Claro desrespeito de actos administrativos da CMM, constitutivo de “crime de desobediência” configurados no artigo 100º. do DL 555/99, alterado pelo DL 136/2014”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e atendendo à informação constante do processo dos Serviços de Fiscalização e ao teor do parecer do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, deliberou por unanimidade notificar o proprietário para o mesmo informar a Câmara se continua a manter o propósito de recuperação da edificação e o prazo para a sua realização.-----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----**

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e quinze minutos.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

*Rogério da Silva*

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----

*João*